



gestão de ativos
sgoic

IMGA INVESTIMENTO
PPR/OICVM
FUNDO DE INVESTIMENTO ABERTO
DE POUPANÇA REFORMA

RELATÓRIO E CONTAS
2022

Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO	2
NOTA INTRODUTÓRIA	3
SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS MERCADOS.....	4
PRINCIPAIS EVENTOS	6
DESEMPENHO DOS FUNDOS MULTIATIVOS E PPR	8
INFORMAÇÃO RELATIVA À GESTÃO DO FUNDO.....	9
REMUNERAÇÕES PAGAS A COLABORADORES E ÓRGÃOS SOCIAIS DA SOCIEDADE	10
ERROS DE VALORIZAÇÃO	11
EVENTOS SUBSEQUENTES.....	11
NOTAS INFORMATIVAS.....	12
ANEXOS.....	15
• DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ANEXAS	
• DIVULGAÇÃO PERIÓDICA AO ABRIGO DOS REGULAMENTOS SFDR E TAXONOMIA	
• RELATÓRIO DE AUDITORIA	

Relatório de Gestão



Nota Introdutória

O Fundo foi constituído em 11 de janeiro de 2006 como Millennium Investimento PPR, tendo a 27 de março de 2008 sido transformado em Millennium Investimento PPR Ações.

Em 2015 alterou a sua denominação para IMGA Investimento PPR Ações, em linha com a alteração da denominação de todos os Fundos geridos pela IMGA, na sequência da aquisição da Millennium Gestão de Ativos ao Millennium bcp.

Em agosto de 2018 o Fundo foi transformado em Organismo de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários, tendo alterado a sua denominação para IMGA Investimento PPR/OICVM – Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma.

A partir de 1 de abril de 2021 a Categoria R de Unidades de Participação deste Fundo passou a estar disponível para comercialização, tendo sido constituída a 4 de maio de 2021.

Síntese da Evolução dos Mercados

O ano de 2022 encerrou com perdas generalizadas nas diferentes classes de ativos, desde o segmento de maior risco aos mais defensivos do universo de rendimento fixo, em forte contraste com as valorizações registadas em finais de 2021, originadas pelas políticas monetárias expansionistas e o otimismo sobre a extinção da pandemia.

As rendibilidades negativas deste ano estiveram alicerçadas quer na deterioração dos fundamentais económicos, quer no comportamento ascendente das taxas de juro. As perspetivas para a atividade económica em 2022 já apontavam para uma desaceleração do ritmo de crescimento, uma tendência que se reforçou perante as implicações económicas da invasão russa à Ucrânia e a necessidade de os bancos centrais confrontarem os níveis mais elevados da inflação desde as décadas de 70/80, através do ciclo mais agressivo de subida de taxas diretoras desde então.

A trajetória das taxas de juro governamentais foi ascendente, fruto do incremento das taxas reais quer nos EUA quer na Alemanha, que atingiram máximos desde 2009 e 2014, respetivamente, e contribuíram decisivamente para a variação anual da taxa de juro nominal com maturidade a 10 anos de 236 pontos base nos EUA (para 3,87%) e de 275pb na Alemanha (para 2,57%). A agressividade do ciclo de subida de taxas no curto-prazo significou incrementos mais pronunciados das taxas de juro com maturidades mais curtas, o que deu origem à inversão das respetivas curvas de rendimentos.

O término do programa de compras do Banco Central Europeu (BCE) e a trajetória ascendente das taxas de juro alemãs comprometeram as estratégias de *carry* e contribuíram para a ocorrência de alargamentos dos diferenciais de taxa de juro da periferia face à Alemanha. O spread de Itália no prazo a 10 anos alargou 79pb, tendo os diferenciais de custo de financiamento de Portugal e de Espanha registado acréscimos de 37 e de 35pb, respetivamente.

A perceção de deterioração dos fundamentais assumiu um papel determinante no desempenho das classes de maior risco. Mais especificamente, apesar de as estimativas de crescimento dos resultados empresariais não terem sofrido revisões em baixa significativas no decorrer de 2022, o acréscimo dos custos de financiamento e a expectativa de incremento dos incumprimentos e de queda dos resultados contribuíram para desvalorizações algo significativas na classe acionista e para o alargamento dos spreads da dívida empresarial.

O acréscimo das taxas de juro soberanas foi determinante para a rendibilidade dos demais segmentos de rendimento fixo, em particular para os subsegmentos de melhor qualidade creditícia, tipicamente mais expostos ao risco de taxa de juro. A combinação de taxas de juro mais elevadas com os fortes alargamentos de spread ocorridos significou rendibilidades negativas da dívida empresarial *investment grade* (-13,7% na Europa).

Os segmentos dotados de maior risco de crédito, como o de *high-yield* entregaram igualmente rendibilidades negativas em 2022 (-10,6%). Pese embora os níveis historicamente reduzidos de incumprimentos, a expectativa de deterioração dos fundamentais e a subida dos custos de financiamento na Europa contribuíram para a ocorrência de alargamentos expressivos dos respetivos *spreads*, que atingiram máximos desde a crise pandémica. O contributo da subida das taxas de juro foi igualmente negativo para a rendibilidade deste segmento, embora comparativamente inferior ao contributo para o *investment grade*. A performance do subsegmento de dívida subordinada englobou-se no desempenho do *high-yield*, tendo averbado desvalorizações superiores a 13% na Europa.

O universo de dívida de mercados emergentes esteve igualmente pressionado em 2022, fruto da atuação restritiva dos bancos centrais das principais economias desenvolvidas, da valorização do dólar dos EUA e mais especificamente do sentimento de aversão ao risco que imperou nos mercados financeiros ao longo do ano. A rendibilidade negativa deste segmento deveu-se igualmente ao contributo negativo da componente de taxa de juro e ao alargamento dos respetivos *spreads*, que originaram perdas superiores a 20% em 2022. A fragilidade económica da China contribuiu igualmente para o acréscimo dos níveis de volatilidade do universo. Também a dívida empresarial de emergentes sofreu alargamentos de *spreads* e rendibilidades negativas no ano (-16%), embora menos pronunciadas que as da dívida soberana.

A rentabilidade da generalidade das praças acionistas em 2022 foi negativa, associada à já referida perceção de deterioração dos fundamentais, ao seu impacto esperado nos resultados empresariais e à esperada compressão das margens operacionais num ambiente de inflação ainda elevada e de menor capacidade de definição de preços num ambiente macroeconómico mais desfavorável.

Não obstante, a evolução das valorizações da classe acionista não foi determinada, em 2022, pela evolução dos resultados, que exibiram um crescimento, mas sim pelo ajuste ocorrido nos múltiplos de mercado. A evolução destes refletiu o acréscimo verificado nas taxas de juro, o sentimento de maior aversão pelo risco e as condições financeiras mais desafiantes. A correção dos múltiplos incidiu principalmente sobre os títulos com maior prémio, como os títulos com maior efeito de duração como o estilo *growth*, em que se inserem vários títulos do setor de tecnológicas. Em oposição, os estilos com enviesamentos *dividend yield* e *value* estiveram em destaque pela positiva, em termos relativos.

A dispersão de rentabilidades foi considerável, perceptível pela valorização de 2,8% do índice português PSI (+2,8%) e pelo britânico FTSE 100 (+0,9%), fruto das respetivas composições setoriais com enviesamento *value*. O destaque pela negativa na Europa foram as praças holandesa (-13,7%) e alemã (-12,3%), reflexo da sua natureza mais cíclica e das implicações da crise energética. Nos EUA, o S&P500 perdeu 19,4%, com o setor imobiliário, de tecnológicas e de retalho entre os mais frágeis, em larga medida em resultado das subidas das taxas de juro e das perspetivas económicas mais pessimistas. Inversamente, seguradoras, bancos e setores defensivos como de saúde e farmacêutico estiveram em destaque pela positiva em 2022. Os índices de menor capitalização bolsista registaram perdas em média superiores aos de maior capitalização, quer na Europa quer nos EUA.

Em termos agregados o índice MSCI World desvalorizou 19,5% (em dólares), com os índices de mercados emergentes entre os mais penalizados (-22,4%), contando também aqui com elevada dispersão (valorização do índice brasileiro e quebra acentuada dos índices da China).

A atuação mais proeminente da Fed, a respetiva subida de taxas de juro e o ambiente de aversão ao risco constituíram um ambiente favorável para o dólar dos EUA, particularmente contra a divisa nipónica (+13,9%) e ao euro (6,2%), que fizeram mínimos plurianuais. As divisas de mercados emergentes mostraram-se pressionadas ao longo do ano, tendo de forma agregada assinalado perdas superiores a 5%.

O desempenho do cabaz de matérias-primas foi positivo em 2022 (+16,1%), não obstante a trajetória ascendente do dólar. Os metais industriais e a madeira estiveram em destaque pela negativa, em oposição aos desempenhos globalmente favoráveis dos bens agrícolas e do segmento energético.

Principais Eventos

CONSTITUIÇÃO DA CATEGORIA I DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO

A 27 de janeiro de 2022 foi constituída a Categoria I para o fundo IMGA European Equities.

A 3 de fevereiro foi constituída a Categoria I para os fundos IMGA Iberia Equities ESG e IMGA Iberia Fixed Income ESG, tendo a 14 de fevereiro sido constituída para os fundos Money Market, IMGA Ações América e IMGA Global Equities Selection.

IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA

A 25 de janeiro o fundo IMGA Retorno Global alterou a sua política de investimento, bem como a sua denominação para IMGA Alocação Defensiva.

CONSTITUIÇÃO DA CATEGORIA R UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO PARA O FUNDO IMGA LIQUIDEZ

A 10 de maio foi constituída a Categoria R para o fundo IMGA Liquidez.

INCLUSÃO DE NOVA ENTIDADE COMERCIALIZADORA

A 24 de outubro foi incluída a Caixa Central Crédito Agrícola como nova entidade comercializadora dos fundos IMGA Alocação Defensiva e IMGA Investimento PPR/OICVM.

IMGA PME FLEX

A 15 de novembro iniciou-se a comercialização da Categoria I de Unidades de Participação do fundo IMGA PME Flex. O Fundo iniciou a atividade a 2 de janeiro de 2023.

CONSTITUIÇÃO DO FUNDO IMGA FINANCIAL BONDS 3Y, 2,25%, Série I

A 27 de dezembro de 2022 foi autorizada, pela CMVM, a constituição do fundo IMGA Financial Bonds, 3 Y, 2,25%, Serie I, fundo aberto de duração limitada, a ser distribuído através do Millennium BCP e da Caixa Central Crédito Agrícola Mútuo. O Fundo iniciou a comercialização a 2 de janeiro de 2023.

ATUALIZAÇÕES DOS DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

Em janeiro, na sequência da entrada em vigor do Regulamento da Taxonomia, foi introduzida, nos Prospetos dos fundos de investimento mobiliário, uma menção sobre o alinhamento dos Fundos ao referido Regulamento.

Em fevereiro foi concluído o processo da 1ª atualização anual dos Prospetos e dos documentos com as Informações Fundamentais destinadas aos Investidores (IFIs) de toda a oferta de fundos da IMGA.

Em abril foi alterada a hora limite aplicável aos processos de subscrição e resgate efetuados através do Banco Best.

Em maio foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2021.

Em junho foi alterado o Prospeto do fundo IMGA Rendimento Semestral, na sequência da alteração do Indicador Sintético de Risco e Remuneração.

Em outubro foram efetuadas alterações em todos os Prospetos dos fundos (com exceção dos fundos Ibéria), com a atualização do processo de adaptação dos mesmos em matéria de sustentabilidade e enquadrando-os no artigo 8º da regulamentação SFDR.

Ao longo do ano de 2022 foram ainda efetuadas alterações relacionadas com a prorrogação das reduções da comissão de gestão, acomodando o enquadramento de taxas de juro em mínimos históricos e tendo sempre em conta a defesa do interesse dos participantes.

PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS E CONTAS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

A 29 de abril e 30 de agosto foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas dos fundos IMGA.

COMERCIALIZAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DOS FUNDOS IMGA

A 2 de dezembro, na sequência do envio para a Comisión Nacional del Mercado de Valores («CNMV»), das notificações para comercialização, numa base transfronteiriça, dos fundos IMGA European Equities, IMGA Iberia Fixed Income ESG, IMGA Money Market, IMGA Global Equities Selection, IMGA Iberia Equities ESG e IMGA Ações América, foi rececionado o Ofício da CMVM a informar do registo desses fundos junto dessa Autoridade Competente espanhola.

IMPLEMENTAÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO PRIIPs

A 30 de dezembro, de forma a adaptar a documentação pré-contratual à entrada em vigor da Regulamentação PRIIPs (*Packaged Retail Investment and Insurance Products*) para os Fundos de Investimento, foi elaborado e divulgado um novo documento de informação pré contratual (DIF – Documento de Informação Fundamental) que substituiu o IFI (Informações Fundamentais para o Investidor) para todos os Fundos de Investimento abrangidos por esta regulamentação.

FUNDOS DE CAPITAL DE RISCO

O fundo Almond Tree Private Equity Fund – FCR iniciou a 8 de setembro a sua atividade.

A 28 de dezembro realizou-se um aumento de capital no fundo Capitalves, FCR.

ALTERAÇÃO DO REPRESENTANTE DO AUDITOR EXTERNO

Com efeitos a 1 de julho, a Mazars & Associados – SROC, SA passou a ser representada pelo Sr. Dr. Pedro Miguel Pires de Jesus, na qualidade de auditor externo da IM Gestão de Ativos – SGOIC, SA e Auditor dos OIC geridos pela Sociedade.

Desempenho dos Fundos Multiativos e PPR

Os fundos multiativos enfrentaram um ano desafiante em 2022, uma vez que a diversificação dos ativos não funcionou, já que a decorrelação nas diversas categorias diminuiu e foi na generalidade negativa. Os mercados acionista, obrigacionista e de derivados tiveram um desempenho global negativo. As diferentes composições de fundos, conforme grau de risco associado aos portfólios, não resultaram no seu conjunto e o efeito de mercado foi negativo.

Os investidores nesta categoria de fundos conseguiram, na medida do possível, permanecer investidos durante o ano e o volume de resgates foi atenuado por esse facto. O período de permanência aconselhado a médio e longo prazo para esta categoria de fundos tem sido, assim, respeitado pelos participantes.

A categoria de fundos multiativos na IMGA foi responsável por 29% (€202M) da variação negativa dos ativos sob gestão experienciada durante o ano de 2022. Esta variação aumenta para os 42% (€292M) se adicionarmos os montantes de PPR, essencialmente fundos multiativos com vantagens fiscais de longo prazo para o participante. As perdas de rentabilidade nos mercados financeiros tiveram repercussões muito fortes na diminuição nos ativos sob gestão. Na verdade, a diminuição deveu-se ao decréscimo provocado pelo efeito de mercado uma vez que o saldo agregado desta categoria foi positivo em €2,3M. A importância desta categoria de poupança a médio e longo prazo tem conseguido conquistar a preferência dos portugueses como uma excelente alternativa de investimento.

No final de 2022, o total de ativos sob gestão da IMGA em fundos multiativos (€1.122M) e PPR (€506M) é de €1.628M, representativos de 45% do total de ativos sob gestão. As rentabilidades nesta classe variaram no ano entre os -6% e -15% conforme o grau de risco implícito dos fundos.

O Fundo IMGA Alocação Defensiva resulta da transformação do fundo de obrigações IMGA Retorno Global num fundo multiativo em 25 janeiro de 2022, tendo assim contribuído com €19,5M para o incremento da categoria no final do ano.

FUNDOS MULTIATIVOS E PPR	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Class e	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Class e	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Class e
IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA CAT A	-12,34%	6,70%	4	-3,61%	6,23%	4	-2,02%	4,94%	4
IMGA FLEXÍVEL CAT A	-12,53%	8,27%	4	-2,57%	8,28%	4	-1,59%	6,72%	4
IMGA FLEXIVEL CAT R	-12,67%	8,27%	4	-	-	-	-	-	-
IMGA ALOCAÇÃO CONSERVADORA CAT A	-15,05%	8,45%	4	-2,75%	8,38%	4	-1,44%	6,84%	4
IMGA ALOCAÇÃO CONSERVADORA CAT R	-15,05%	8,47%	4	-	-	-	-	-	-
IMGA ALOCAÇÃO MODERADA CAT A	-14,53%	9,59%	4	-1,07%	11,00%	5	-0,37%	9,32%	5
IMGA ALOCAÇÃO MODERADA CAT R	-14,55%	9,60%	4	-	-	-	-	-	-
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT A	-15,77%	13,09%	5	-0,21%	15,84%	6	0,68%	13,72%	6
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT R	-15,84%	13,11%	5	-	-	-	-	-	-
EUROBIC SELEÇÃO TOP	-6,31%	4,17%	3	-1,96%	4,80%	3	-	-	3
IMGA POUPANÇA PPR CAT A	-15,16%	8,44%	4	-3,04%	8,41%	4	-1,62%	6,86%	4
IMGA POUPANÇA PPR CAT R	-15,23%	8,45%	4	-	-	-	-	-	-
IMGA INVESTIMENTO PPR CAT A	-14,62%	9,58%	4	-1,48%	11,06%	5	-0,61%	9,34%	5
IMGA INVESTIMENTO PPR CAT R	-14,91%	9,59%	4	-	-	-	-	-	-
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -34	-12,99%	8,64%	4	-0,78%	10,08%	5	-	-	5
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -35-44	-12,35%	8,08%	4	-0,83%	9,39%	4	-	-	4
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -45-54	-11,71%	6,51%	4	-1,75%	7,14%	4	-	-	4
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida +55	-11,15%	5,23%	4	-2,89%	5,51%	4	-	-	4

Fonte: IMGA a 31 de dezembro de 2022

Informação relativa à Gestão do Fundo

Os fundos PPR da IMGA apresentaram rendibilidades negativas em 2022, penalizados por um contexto de mercado bastante adverso, tanto para os segmentos obrigacionistas como para os índices acionistas das principais geografias.

À entrada para este ano, as expetativas eram de crescimento mundial bastante forte, num contexto de reabertura total da economia pós-pandemia e de inflação acima do desejável, mas com tendência para abrandar. Neste contexto, era expetável que as taxas de juro subissem, nomeadamente com a reversão das políticas monetárias e o fim dos programas de compras dos ativos, tal como se antecipava que o crédito proporcionasse retornos baixos, embora positivos, dado o nível das *yields* e as baixas taxas de incumprimento expectáveis. Para as ações, esperavam-se retornos positivos, suportadas pelo aumento dos resultados empresariais. Dadas estas perspetivas, foi implementado um posicionamento pró-risco, com uma subponderação a governos e a crédito *investment grade*, segmentos mais sensíveis à subida das taxas de juro, e uma sobreponderação a *high yield*, dívida de mercados emergentes e ações.

A realidade viria, no entanto, a sofrer uma alteração radical, com a invasão da Ucrânia e as consequentes sanções impostas à Rússia. Sendo estes dois países importantes produtores de matérias-primas, nomeadamente agrícolas e energéticas, a guerra na Ucrânia veio impactar o mercado das matérias-primas e, consequentemente, a inflação, já de si penalizada pela incapacidade de se resolverem os problemas nas cadeias de abastecimento.

Neste contexto de continuada subida da inflação, os bancos centrais, outrora convencidos do seu carácter temporário, sentiram necessidade de reagir de forma que esta não se tornasse autossustentável. Reagindo tardiamente, a brusca mudança de atitude acabou por promover um forte *repricing* nos mercados, que impactou todos os segmentos obrigacionistas e acionistas. Por outro lado, os consumidores e as empresas tiveram de lidar com um aumento dos custos energéticos e das condições de financiamento, o que, conjuntamente com o aumento do risco geopolítico e com os confinamentos parciais na China, fruto da sua política Covid-zero, penalizaram o crescimento económico global.

Estes desenvolvimentos negativos levaram a que o sentimento de aversão ao risco crescesse significativamente e o prémio de risco pedido pelos investidores aumentasse, o que culminou com o alargamento dos spreads de crédito e a desvalorização dos mercados acionistas.

Num enquadramento desafiante, os fundos multiativos reduziram a exposição a ações para neutral, ficando mais construtivos em crédito dado o forte alargamento de spreads que registaram e as probabilidades de incumprimento que passaram a incorporar. Nesse sentido, no segundo semestre do ano, foi reforçado o investimento em crédito *investment grade* por contrapartida de alternativos, uma vez que a subida das taxas de juro e o alargamento dos spreads aumentou a atratividade absoluta e relativa da classe. A menor exposição a taxa de juro acabou por ser um posicionamento acertado, tendo sido gerido de uma forma dinâmica. No final do ano começámos a ficar mais construtivos em taxa de juro, dado que a inflação começou a retroceder, embora ainda a níveis elevados, e as expetativas de atuação dos bancos centrais incorporadas no mercado nos parecem já alinhadas com o que se irá verificar.

A Categoria A do Fundo IMGA Investimento PPR apresentou uma rendibilidade a 1 ano de -14,62% em dezembro de 2022, tendo atingido um valor líquido global de €43,0M, ligeiramente inferior aos €44,0M de dezembro de 2021. Esta categoria registou vendas líquidas positivas de €5,9M, em 2022, com subscrições de €9,9M e resgates de €4,0M.

Relativamente à Categoria R do Fundo, a rendibilidade a 1 ano foi de -14,9%, no final do ano, tendo registado subscrições líquidas positivas, ainda que pouco expressivas em termos de valor líquido global.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Em cumprimento do estipulado pelo n.º 2 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo (RGOIC), apresenta-se de seguida o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2022			
ÓRGÃOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	RENDIMENTO FIXO	RENDIMENTO VARIÁVEL	NÚMERO A 31/12/2022
COMISSÃO EXECUTIVA			
Presidente e Administradores	300.457	154.159	3
Administradores independentes	40.080	-	1
CONSELHO FISCAL			
Presidente e vogais	31.000	-	3
COLABORADORES			
Colaboradores	1.839.881	259.709	37

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €11.808 pelos serviços durante o ano de 2022.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da sociedade, cujos serviços prestados representaram um encargo total de €31.980.

Em 2022 foi ainda pago o montante de €2.500 referente a indemnizações, por cessação de contrato de trabalho.

Erros de Valorização

Tendo em atenção o estipulado no n.º 7 do art.º 161 do RGOIC, comunicamos que, no exercício económico findo em 31 de dezembro de 2022, não se registaram erros no processo de valorização das unidades de participação do Organismo de Investimento Coletivo.

Eventos Subsequentes

No período decorrido entre o termo do exercício e a elaboração do presente Relatório não se registou nenhum evento assinalável.

Notas Informativas

Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma IMGA Investimento PPR Ações/OICVM

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma
Data de Constituição: 11 de janeiro de 2006
Sociedade Gestora: IM Gestão de Ativos - - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.
Banco Depositário: Banco Comercial Português S.A.
Valor da Carteira em 31 dezembro de 2022: 43 026 M Euros

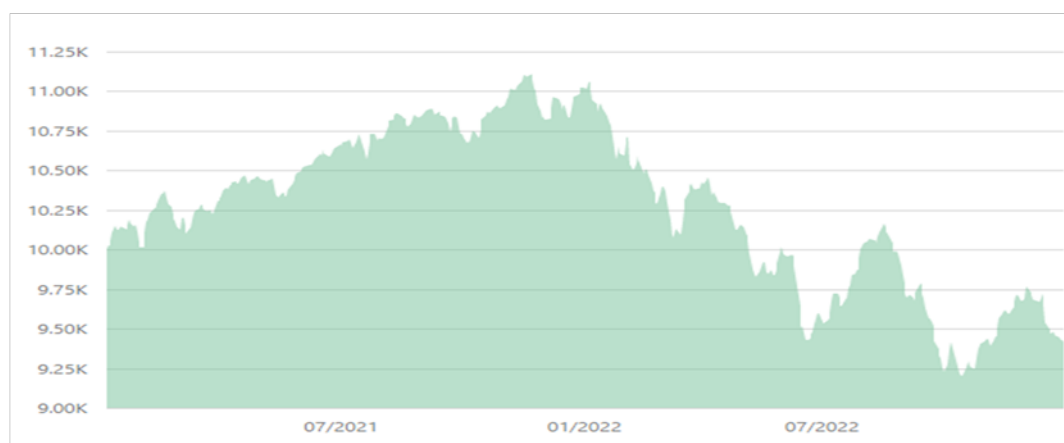
EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
IMGA INVESTIMENTO PPR CAT A										
Rendibilidade	9,5%	4,0%	0,4%	0,3%	4,0%	-8,6%	11,0%	1,5%	10,3%	-14,6%
Risco (nível)	4	4	4	4	3	4	3	6	4	4
IMGA INVESTIMENTO PPR CAT R										
Rendibilidade										-14,9%
Risco (nível)										4

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O OIC investirá essencialmente em obrigações de dívida pública e privada, de taxa de juro fixa e taxa de juro indexada, emitidas por entidades cuja qualidade creditícia presente, no momento da sua aquisição pelo OIC, notações de rating equivalente aos escalões superiores ("investment grade") das agências de rating. O OIC poderá ainda investir em obrigações e/ou emittentes sem notação de rating atribuída, mas cuja análise de risco efetuada pelo Consultor de Investimento, atribua um nível de risco equivalente a "investment grade". O OIC poderá investir igualmente através de participações em instituições de investimento coletivo cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por obrigações, incluindo o investimento em OICs geridos pela IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de OICs de Investimento, S.A.. O OIC poderá investir no máximo 55% do seu património em ações, obrigações convertíveis ou que confiram direito à subscrição de ações, ou ainda por quaisquer outros instrumentos que confiram direito à sua subscrição, ou que permitam uma exposição aos mercados acionistas, designadamente warrants e participações em instituições de investimento coletivo cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por ações, incluindo o investimento em OICs geridos pela IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de OICs de Investimento, S.A.. O investimento em ações através de warrants concorre para o limite acima definido. Um máximo de 20% do OIC poderá ser representado por aplicações em unidades de participação de OICs de investimento imobiliário. Para efeitos de gestão de liquidez, e até ao limite de 20% o OIC pode investir em instrumentos representativos de dívida de curto prazo, depósitos bancários e outros instrumentos monetários. O OIC pode utilizar instrumentos financeiros derivados para exposição adicional sem que da mesma resulte uma exposição ao ativo subjacente superior a 10% do seu valor líquido global. Pode igualmente utilizar instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos de preços de ações. O OIC poderá estar exposto ao risco cambial até ao limite máximo de 45% do valor líquido global do OIC.

EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES



As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência. Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos. O regime fiscal dos fundos de investimento foi alterado a partir de 01 de julho de 2015 pelo que os valores das unidades de participação divulgados até 30 de junho de 2015 são deduzidos da fiscalidade então suportada pelo fundo mas não têm em consideração o imposto que seja eventualmente devido pelos Participantes relativamente aos rendimentos auferidos no período após essa data. O nível de risco do Fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

IMGA INVESTIMENTO PPR CAT A	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022
Nº UP's em circulação	3 429 120,6027	3 870 597,7183	4 411 441,7320	6 305 019,3261	7 223 183,8346
Valor Unitário UP (Euros)	5,6133	6,2284	6,3227	6,9762	5,9563
IMGA INVESTIMENTO PPR CAT R	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022
Nº UP's em circulação				200,4009	533,3421
Valor Unitário UP (Euros)				5,2860	4,4979

CUSTOS E COMISSÕES

Unidades: milhares €

Mercado	Região	2022		2021		2020		2019	
		Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões
Mercado Nacional	Portugal	1 041	1,5	774	2,4	1 004	2,0	1 801	3,0
Mercados União Europeia	Alemanha	493		818		483		458	
	Áustria							4	
	França	1 707		1 843		1 393		1 803	
	Espanha	761		1 131		641		1 041	
	Luxemburgo	25 921		22 643		14 450		8 649	
	Itália	352		1 168		917		1 783	
	Irlanda	7 794		9 215		4 713		2 832	
	Países Baixos							10	
	Grécia	300		841		440		444	
	Dinamarca							4	
	<i>sub-total</i>	37 328	14,7	37 659	12,2	23 035	12,3	17 028	10,4
Outros Mercados	EUA	990		1 668		1 876		2 790	
	Reino Unido	585		858		552		1 105	
	Suiça	232						23	
	Jersey	187							
	<i>sub-total</i>	1 995	8,2	2 526	0,0	2 428	2,6	3 918	0,9
Total		40 363	24,4	40 959	14,6	26 467	16,9	22 747	14,3

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

	31.12.2022
Valores mobiliários	40 363 252,40
Saldos bancários	2 427 386,45
Outros ativos	462 804,97
Total dos ativos	43 253 443,82
Passivos	227 661,30
Valor Líquido de Inventário	43 025 782,52

TÍTULOS EM CARTEIRA

							(valores em Euro)	
Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros comidos	SOMA	%	
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS								
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>	292 643	-	58 511	234 132	1 420	235 552	1%	
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>	1 115 434	-	212 253	903 181	7 745	910 926	2%	
2. OUTROS VALORES	500 130	-	-	500 130	3 016	503 145	1%	
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	41 212 003	457 368	2 943 562	38 725 810	-	38 725 810	96%	
TOTAL	43 120 209	457 368	3 214 325	40 363 252	12 180	40 375 433	100%	

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

		(valores em Euro)
Rendimentos		
Rendimento do investimento		66 872
Outros rendimentos		31 805
As mais-valias de investimentos		11 447 460
Custos		
Custos de gestão		(621 723)
Custos de depósito		(25 904)
Outros encargos, taxas e impostos		(38 413)
As menos-valias de investimentos		(17 744 703)
Custos de negociação		(26 031)
Lucro líquido		(6 910 637)
Lucros distribuídos		-
Aumento ou diminuição da conta de capital		
Subscrições		9 919 933
Resgates		(3 969 026)

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(Valores em Euro)				
	IMGA INVESTIMENTO PPR CAT A		IMGA INVESTIMENTO PPR CAT R	
	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP
31.12.2020	27 891 955,60	6,3227		
31.12.2021	43 984 453,46	6,9762	1 059,30	5,2860
31.12.2022	43 023 383,62	5,9563	2 398,90	4,4979

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Des critivo	31.12.2021	Compras	Vendas	+/- Valias	(Valores em Euro)	
						31.12.2022
Operações Cambiais	127 168	755 051	(496 019)	(111 568)		386 200
Operações Sobre Taxas de Juro	(2 768 244)	4 751 700	556 997	(540 843)		2 540 453
Operações Sobre Cotações	(769 789)	1 119 489	-	(102 463)		349 700

Anexos

- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ANEXAS
- DIVULGAÇÃO PERIÓDICA AO ABRIGO DOS REGULAMENTOS SFDR E TAXONOMIA
- RELATÓRIO DE AUDITORIA

Demonstrações Financeiras e Notas Anexas 2022

.....→
IMGA INVESTIMENTO PPR/OICVM

Índice

BALANÇO	2
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	5
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	7
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10

Balanço

.....→
REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Valores em Euro) **BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

		ATIVO				PASSIVO	
Código	Designação	31-12-2022		Líquido	31-12-2021	Líquido	Períodos
		Bruto	Mv				
Outros Ativos							
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM						
33	Ativos Intangíveis das SIM						
	<i>Total de Outros Ativos das SIM</i>						
Carteira de Títulos							
21	Obrigações	1.408.076		1.137.313	2.874.494		
22	Ações		(270.763)				
23	Outros Títulos de Capital						
24	Unidades de Participação	41.212.003	457.368	38.725.810	38.084.318		
25	Direitos						
26	Outros Instrumentos da Dívida	500.130		500.130			
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	43.120.209	457.368	40.363.252	40.958.812		
Outros Ativos							
31	Outros ativos						
	<i>Total de Outros Ativos</i>						
Terceiros							
411*...+418	Contas de Devedores	450.625		450.625	1.242.296		
	<i>Total dos Valores a Receber</i>	450.625		450.625	1.242.296		
Disponibilidades							
1	Caixa						
12	Depósitos à Ordem	2.427.386		2.427.386	1.984.795		
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso						
14	Certificados de Depósito						
18	Outros Meios Monetários						
	<i>Total das Disponibilidades</i>	2.427.386		2.427.386	1.984.795		
Acréscimos e diferimentos							
51	Acréscimos de Provedores	12.180		12.180	18.255		
52	Despesas com Custo Diferido						
53	Outros acréscimos e diferimentos						
59	Contas transitórias ativas						
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos</i>	12.180		12.180	18.255		
	<i>TOTAL DO ATIVO</i>	46.010.400	457.368	43.253.444	44.204.158		
Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe A							
				7.223.184	6.305.019		
Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe R							
				533	200		
Passivo							
Capital do OIC							
61	Unidades de Participação				31.526.096		
62	Variações Patrimoniais				6.783.845		
64	Resultados Transitados				2.334.838		
65	Resultados Distribuídos						
67	Dividendos Antecipados das SIM						
66	Resultados Líquidos do Período				3.940.744		
	<i>Total do Capital do OIC</i>				43.585.513		
Provisões Acumuladas							
481	Provisões para Encargos						
	<i>Total das Provisões Acumuladas</i>						
Terceiros							
421	Resgates a Pagar a Participantes				1.268		
422	Rendimentos a Pagar a Participantes				15.800		
423	Comissões a Pagar				58.407		
424*...+429	Outras contas de Credores				151.302		
43+12	Empréstimos Obtidos						
44	Pessoal						
46	Acionistas						
	<i>Total dos Valores a Pagar</i>				216.493		
Acréscimos e diferimentos							
55	Acréscimos de Custos				2.153		
56	Receitas com Provento Diferido						
58	Outros Acréscimos e Diferimentos				0		
59	Contas transitórias passivas						
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>				2.153		
	<i>TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO</i>			43.253.444	44.204.158		
Valor Unitário da Unidade Participação - Classe A							
				5,9563	6,9762		
Valor Unitário da Unidade Participação - Classe R							
				4,4979	5,2860		

(valores em Euro) **EXTRAPATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

		DIREITOS SOBRE TERCEIROS		RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS		
Código	Designação	Períodos		Designação	Períodos	
		31-12-2022	31-12-2021		31-12-2022	31-12-2021
	Operações Cambiais			Operações Cambiais		
911	À vista			À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)			A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			Swaps cambiais		
914	Opções			Opções		
915	Futuros	882 219	502 936	Futuros	496 019	375 768
	<i>Total</i>	<u>882 219</u>	<u>502 936</u>	<i>Total</i>	<u>496 019</u>	<u>375 768</u>
	Operações Sobre Taxas de Juro			Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)			Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			Opções		
925	Futuros	4 751 700	342 740	Futuros	2 211 247	3 110 984
	<i>Total</i>	<u>4 751 700</u>	<u>342 740</u>	<i>Total</i>	<u>2 211 247</u>	<u>3 110 984</u>
	Operações Sobre Cotações			Operações Sobre Cotações		
934	Opções			Opções		
935	Futuros	349 700	420 890	Futuros		1 190 679
	<i>Total</i>	<u>349 700</u>	<u>420 890</u>	<i>Total</i>		<u>1 190 679</u>
	Compromissos de Terceiros			Compromissos Com Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)			Subscrição de títulos		
944	Valores cedidos em garantia			Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de títulos			Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>			<i>Total</i>		
	TOTAL DOS DIREITOS	5 983 619	1 266 566	TOTAL DAS RESPONSABILIDADES	2 707 266	4 677 430
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	2 707 266	4 677 430	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	5 983 619	1 266 566

Demonstração de Resultados

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(valores em Euro)

Código	Designação	CUSTOS E PERDAS		PERÍODOS	
		31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
	Custos e Perdas Correntes				
711+718	Juros e Custos Equiparados		0		
719	De Operações Correntes			31 748	28 683
	De Operações Extrapatrimoniais				0
	Comissões e Taxas				
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	26 031	15 426		
724+...+728	Outras Operações Correntes	654 831	530 948		
729	De Operações Extrapatrimoniais				
	Perdas em Operações Financeiras				
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	6 453 969	455 857		
731+738	Outras Operações Correntes				
739	Em Operações Extrapatrimoniais	11 290 734	8 824 211		
	Impostos				
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais				
7411+7421	Patrimoniais		671		
7412+7422	Impostos Indirectos	26 903	21 924		
7418+7428	Outros impostos				
	Provisões do Exercício				
751	Provisões para Encargos				
77	Outros Custos e Perdas Correntes	4 305	3 074		
	Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)	18 456 773	9 852 111		
79	Outros custos e perdas das SIM				
	Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)				
	Custos e Perdas Eventuais				
781	Valores Incobráveis				
782	Perdas Extraordinárias				
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores				
788	Outras Custos e Perdas Eventuais			57	84
	Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)			57	84
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício				
66	Resultado Líquido do Período (se<0)		3 340 744	6 910 637	
	TOTAL	18 456 773	13 192 854	18 456 773	13 192 854
	PROVEITOS E GANHOS				
	Código				
	Designação				
	Proveitos e Ganhos Correntes				
812+813	Juros e Proveitos Equiparados				
811+814+827+818	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos				
819	De Operações Correntes				
	De Operações Extrapatrimoniais				
	Rendimento de Títulos				
822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos				
829	De Operações Extrapatrimoniais				
	Ganhos em Operações Financeiras				
832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos				
831+838	Outras Operações Correntes				
839	Em Operações Extrapatrimoniais				
	Reposição e Anulação de Provisões				
	Provisões para Encargos				
851	Outros Proveitos e Ganhos Correntes				
87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes			0	0
	Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)	11 546 080	13 192 771		
89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM				
	Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)				
	Proveitos e Ganhos Eventuais				
881	Recuperação de Incobráveis				
882	Ganhos Extraordinários				
883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores				
888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais			57	84
	Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)			57	84
66	Resultado Líquido do Período (se<0)		3 340 744	6 910 637	
	TOTAL	18 456 773	13 192 854	18 456 773	13 192 854
	F-E		2 906 229	57	84
	B+D+F-A-C-E+74X1		991 047	(6 883 734)	3 363 338
	B+D-A-C		3 340 660	(6 910 637)	3 340 744

Demonstração de Fluxos de Caixa

.....→

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31-dez-22		31-dez-21	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		9 919 933		17 436 864
Subscrição de unidades de participação	9 919 933		17 436 864	
...				
PAGAMENTOS:		3 954 495		4 681 111
Resgates de unidades de participação	3 954 495		4 681 111	
Rendimentos pagos aos participantes				
...				
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		5 965 438		12 755 753
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos				
RECEBIMENTOS:		24 779 288		23 691 914
Venda de títulos e outros ativos	1 511 969		4 933 507	
Reembolso de títulos e outros ativos				
Resgates de unidades de participação noutros OIC	23 168 481		18 702 302	
Rendimento de títulos e outros ativos	66 754		25 403	
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Juros e proveitos similares recebidos	32 084		30 701	
...				
Outros recebimentos relacionados com a carteira				
PAGAMENTOS:		29 879 006		34 727 730
Compra de títulos e outros ativos	701 051		5 833 842	
Subscrições de títulos				
Subscrições de unidades de participação noutros OIC	29 151 695		28 878 144	
Comissões de bolsa suportadas				
Vendas de títulos com acordo de recompra				
Juros e custos similares pagos				
Comissões de corretagem	24 306		14 659	
Outras taxas e comissões	110		768	
...				
Outros pagamentos relacionados com a carteira	1 844		318	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		(5 099 718)		(11 035 816)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		30 117 445		31 029 627
Juros e proveitos similares recebidos				
Operações cambiais	1 370 407		321 066	
Operações de taxa de juro	5 822 747		1 429 423	
Operações sobre cotações	3 167 199		7 633 173	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	4 844 381		7 529 528	
Comissões em contratos de opções				
Outras comissões				
....				
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas	14 912 711		14 116 436	
PAGAMENTOS:		29 860 517		30 942 417
Juros e custos similares pagos				
Operações cambiais	1 481 975		305 064	
Operações de taxa de juro	6 363 590		1 333 319	
Operações sobre cotações	3 269 662		7 207 262	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	4 851 463		7 480 947	
Comissões em contratos de opções				
....				
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	13 893 828		14 615 824	
Fluxo das operações a prazo e de divisas		256 928		87 210

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31-dez-22		31-dez-21	
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:		0		0
Cobranças de crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros de depósitos bancários				
Juros de certificados de depósito				
Contração de empréstimos				
Comissões em operações de empréstimo de títulos				
....				
Outros recebimentos correntes	0		0	
PAGAMENTOS:		680 056		533 162
Despesas com crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros devedores de depósitos bancários	3		2	
Comissão de gestão	645 158		505 778	
Comissão de depósito	26 881		21 068	
Taxa de supervisão	6 416		4 929	
Impostos e taxas	1 598		1 385	
Reembolso de empréstimos				
....				
Outros pagamentos correntes				
Fluxo das operações de gestão corrente		(680 056)		(533 162)
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:		0		0
Ganhos extraordinários				
Ganhos imputáveis a períodos anteriores				
Recuperação de incobráveis				
....				
Outros recebimentos de operações eventuais	0		0	
PAGAMENTOS:		0		0
Perdas extraordinárias				
Perdas imputáveis a períodos anteriores				
....				
Outros pagamentos de operações eventuais				
Fluxo das operações eventuais		0		0
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		442 591		1 273 984
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		1 984 795		710 811
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		2 427 386		1 984 795

Notas às Demonstrações Financeiras

.....→
REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

INTRODUÇÃO

A constituição do IMGA Investimento PPR/OICVM Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 09 de dezembro de 2005, tendo iniciado a sua atividade em 11 de janeiro de 2006. É um Organismo de Investimento Coletivo, constituído por tempo indeterminado. Investe essencialmente em obrigações de dívida pública e privada, de taxa de juro fixa e taxa de juro indexada, emitidas por entidades cuja qualidade creditícia apresente, no momento da sua aquisição pelo FUNDO, notações de rating equivalente aos escalões superiores (“investment grade”) das agências de rating. O FUNDO poderá ainda investir em obrigações e/ou emitentes sem notação de rating atribuída, mas cuja análise de risco efetuada pelo Consultor de Investimento, atribua um nível de risco equivalente a “investment grade”. O FUNDO poderá investir igualmente através de participações em instituições de investimento coletivo cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por obrigações, incluindo o investimento em fundos geridos pela IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco Comercial Português, S.A.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OIC

O capital do OIC é constituído representado por partes de conteúdo idêntico, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos seus detentores. As unidades de participação são nominativas e adotam a forma escritural. Para efeitos de movimentação, as unidades de participação são fracionadas até à quarta casa decimal.

Para efeitos de constituição do OIC, o valor da unidade de participação foi de cinco euros.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido. O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

Descrição	31-12-2021	Subscrições		Resgates		Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	31-12-2022
		Categoria A	Categoria R	Categoria A	Categoria R				
		Valor base	31 526 096	7 719 815	1 661				
Diferença p/Valor Base	6 783 845	2 198 618	(161)	(840 034)	-			8 142 267	
Resultados distribuídos	-							-	
Resultados acumulados	2 334 828					3 340 744		5 675 572	
Resultados do período	3 340 744					(3 340 744)	(6 910 637)	(6 910 637)	
SOMA	43 985 513	9 918 433	1 500	(3 969 026)	-	-	(6 910 637)	43 025 783	
Nº de Unidades participação									
Categoria A	6 305 019	1 543 963		(625 799)				7 223 184	
Categoria R	200		333					533	
Valor Unidade participação									
Categoria A	6.9762							5.9563	
Categoria R	5.2860							4.4979	

Em 31 de dezembro de 2022 não existiam unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Categoria A			Categoria R			Total	
		Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2022	31-12-22	5.9563	43 023 384	7 223 184	4.4979	2 399	533	43 025 783	7 223 717
	30-09-22	5.8412	41 068 146	7 030 780	4.4268	887	200	41 069 033	7 030 981
	30-06-22	6.0420	41 894 169	6 933 843	4.5790	918	200	41 895 087	6 934 043
	31-03-22	6.5992	44 256 119	6 706 317	5.0014	1 002	200	44 257 122	6 706 517
Ano 2021	31-12-21	6.9762	43 984 453	6 305 019	5.2860	1 059	200	43 985 513	6 305 220
	30-09-21	6.7895	37 695 750	5 552 070	5.1425	1 031	200	37 696 780	5 552 270
	30-06-21	6.7473	35 395 510	5 245 894	5.1092	1 024	200	35 396 534	5 246 095
	31-03-21	13.0586	62 512 137	9 574 231	-	-	-	31 256 068	4 787 115
Ano 2020	31-12-20	6.3227	27 891 956	4 411 442	-	-	-	27 891 956	4 411 442
	30-09-20	6.0446	25 738 027	4 258 025	-	-	-	25 738 027	4 258 025
	30-06-20	5.9126	24 237 896	4 099 413	-	-	-	24 237 896	4 099 413
	31-03-20	5.3495	21 754 799	4 066 735	-	-	-	21 754 799	4 066 735

Em 31 de dezembro de 2022, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes	
	Categoria A	Categoria R
UPs ≥ 25%	-	2
10% ≤ UPs < 25%	-	-
5% ≤ UPs < 10%	-	-
2% ≤ UPs < 5%	-	-
0.5% ≤ UPs < 2%	5	-
UPs < 0.5%	5 789	-
TOTAL	5 794	2

2. TRANSAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS NO PERÍODO

O volume de transações do exercício de 2022, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respetivos negócios é o seguinte:

Descrição	(Valores em Euro)					
	Compra (1)		Vendas (2)		Total (1) + (2)	
	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado
Dívida Pública	198 394	-	1 751 682	-	1 950 076	-
Titulos de Participação	-	24 982	-	-	-	24 982
Unidades de Participação de Fundos Harmonizados	2 684 718	19 569 394	7 084 592	50 750 785	9 769 310	70 320 179
Unidades de Participação de Fundos Não Harmonizados	-	24 944	-	-	-	24 944
Exchange Traded Fund	7 693 578	-	9 883 329	-	17 576 907	-
Papel Comercial	-	502 648	-	-	-	502 648
Contratos de Futuros	202 946	3 102 070	220 743	3 019 811	423 689	6 121 881
Outros Ativos	-	291 053	-	-	-	291 053
Total	10 779 636	23 515 091	18 940 346	53 770 597	29 719 982	77 285 687

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respetivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

(Valores em Euro)

Descritivo	Valor (Nota 1)	Comissões
Subscrições	9 919 933	-
Resgates	3 969 026	-

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>						
-Títulos dívida Pública						
PGB 0.475% 18/10/30	154 296	-	(32 196)	122 100	144	122 244
PGB 1.95% 15/06/29	138 347	-	(26 315)	112 032	1 276	113 308
	292 643	-	(58 511)	234 132	1 420	235 552
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Títulos dívida Pública						
BTPS 1.65% 01/12/30	462 373	-	(110 744)	351 628	583	352 211
GGB 2% 22/04/27	345 414	-	(45 475)	299 939	4 436	304 375
SPGB 1.45% 30/04/29	307 647	-	(56 034)	251 614	2 725	254 339
	1 115 434	-	(212 253)	903 181	7 745	910 926
2. OUTROS VALORES						
<i>Outros instrumentos de dívida</i>						
-Papel comercial						
Galp Energia SGPS SA 9EM 19/09/22 - 20/03/23	500 130	-	-	500 130	3 016	503 145
	500 130	-	-	500 130	3 016	503 145
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
<i>OIC domiciliados em Portugal</i>						
IMGA Liquidez CAT A	85 008	-	(2 899)	82 109	-	82 109
IMGA Rendimento Mais - FIM	249 075	8	(24 801)	224 283	-	224 283
	334 083	8	(27 700)	306 392	-	306 392
<i>OIC domiciliados Estado membro UE</i>						
AB SICAV I - Select Absolute Alpha Portfolio (1)	841 329	-	(67 432)	773 897	-	773 897
Aberdeen Standard SICAV I - European Equity Fund	1 076 027	-	(54 090)	1 021 937	-	1 021 937
Aberdeen Standard SICAV I - Frontier Markets Bond	485 620	-	(52 698)	432 922	-	432 922
Algebris UCITS Funds plc-Algebris Financial Credit	471 177	-	(35 084)	436 093	-	436 093
Allianz China A Shares IT Eur	527 078	-	(93 761)	433 317	-	433 317
Alma Eikoh Japan Large Cap Equity	259 111	-	(13 793)	245 318	-	245 318
Amundi ETF MSCI Emerging Markets	721 284	-	(94 447)	626 837	-	626 837
Amundi Funds - Emerging Markets Bond	150 492	2 517	-	153 009	-	153 009
Amundi MSCI Europe ESG Broad ETF	629 190	8 694	-	637 884	-	637 884
AMUNDI MSCI EUROPE UCITS DR	422 616	3 492	-	426 107	-	426 107
ARTEMIS LUX US SELECT I USD CAP	377 171	-	(32 600)	344 571	-	344 571
Assenagon Alpha Volatility I	237 309	-	(890)	236 419	-	236 419
AXA World Funds US High Yield Bonds	446 495	-	(19 433)	427 062	-	427 062
BGF-US Dollar Core BD - I2 EUR	245 197	-	(38 636)	206 561	-	206 561
BGF-USD HIGH YLD BD HED-ED2	451 869	-	(24 218)	427 651	-	427 651
BlackRock Global Funds United Kingdom Fund	478 130	-	(65 792)	412 338	-	412 338
BlueBay Inv GR Euro GV-CEUR	444 529	-	(30 501)	414 028	-	414 028
BlueBay Investment Grade Bond Fund I EUR	1 557 838	-	(133 438)	1 424 400	-	1 424 400
BNY Mellon Emerging Markets Corporate Dbt Fund	1 027 007	-	(130 808)	896 199	-	896 199
Carmignac Portfolio- Long-Short European Equities	600 004	-	(11 700)	588 304	-	588 304
Digital FDS-Stars Europe EX UK I2	884 934	21 384	-	906 318	-	906 318
DPAM L-Bonds EUR Corporate High Yield	590 920	-	(12 855)	578 065	-	578 065
DWS Invest-CROCI Japan	259 743	-	(19 357)	240 386	-	240 386
Ei Sturdza-Strat Eu SS-B EUR	244 766	5 540	-	250 306	-	250 306
European Specialist Investment funds M&G European	1 546 150	-	(122 707)	1 423 442	-	1 423 442
Fidelity Fds Asia Pacific Opp I USD	128 795	10 210	(22 695)	116 310	-	116 310
Fidelity Fund-Emer M YA EUR	92 551	-	(15 949)	76 602	-	76 602
First St Asian Eq Pl - III - A USD	129 430	8 518	(17 556)	120 391	-	120 391
GAMCO International SICAV - Merger Arbitrage - I	580 932	7 479	-	588 411	-	588 411
GS GROWTH & EMMKT DEBT - IAEH	153 395	-	(2 950)	150 445	-	150 445

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
<i>OIC domiciliados Estado membro UE</i>						
Henderson Gart -UK AB RE-IEAH	596 066	-	(5 839)	590 227	-	590 227
Intermoney Variable Euro	483 000	26 774	-	509 774	-	509 774
Ishares FTSE 100 ACC	392 248	30 422	(16 990)	405 679	-	405 679
Janus Henderson HRZN EUR HY BO-I2EUR	595 406	-	(27 970)	567 436	-	567 436
JO Hambro Capital Management Umbrella Fund PLC - C	838 273	65 556	-	903 829	-	903 829
JPM Japan Equity (C) ACC EUR	302 526	-	(71 050)	231 477	-	231 477
JPM US SM Companies C Accused	341 082	24 959	(16 722)	349 319	-	349 319
JPMorgan Investment Funds - US Bond Fund	426 896	32 184	(53 429)	405 651	-	405 651
JPMorgan Investment Funds -Global Macro Opportunit	638 712	-	(61 390)	577 322	-	577 322
L&G CYBER SECURITY UCITS ETF	486 916	9 354	(95 827)	400 443	-	400 443
Lemanik SICAV-GLOB STR-I EUR	148 454	-	(78)	148 376	-	148 376
LFP - La Francaise Sub Debt C EUR ACC	479 548	-	(37 631)	441 917	-	441 917
Liontrust Global Funds PLC-UK Growth Fund	423 496	33 176	(18 514)	438 157	-	438 157
LYXOR EPSILON GLOBAL TR-IE	350 116	45 693	-	395 809	-	395 809
Lyxor ETF S&P 500-A	1 672 757	-	(148 420)	1 524 337	-	1 524 337
MACQUARIE-EMG MRK-I USD ACC	89 454	5 136	(19 346)	75 244	-	75 244
MFS Meridian-European Equity Fund	987 804	27 195	-	1 015 000	-	1 015 000
Morgan Stanley Euro Corporate Bond Fund - Z (SICAV	1 528 952	-	(104 634)	1 424 318	-	1 424 318
Natixis International Funds Lux I-Loomis Sayles Sh	943 755	-	(93 399)	850 357	-	850 357
NN L-Euro Credit -IC	1 523 895	-	(103 337)	1 420 559	-	1 420 559
Nomura -US Hich YLD BD -I H	424 288	7 314	-	431 602	-	431 602
NORDEA 1 EUR HGH YLD-BI-EUR	590 321	-	(9 469)	580 852	-	580 852
Parvest Euro Gov Bond - I (SICAV)	444 047	-	(31 577)	412 470	-	412 470
Pictet- Short Term Emerging Corporate Bonds	928 635	-	(66 659)	861 977	-	861 977
Robeco-QI Emerg Mkt Act-I Eur	60 862	-	(2 533)	58 329	-	58 329
Schroder Intl Eur GV BD C AC	450 287	-	(44 974)	405 314	-	405 314
Standard Life Investments Global SICAV - European	599 892	-	(107 041)	492 851	-	492 851
T. Rowe Price-US SML	362 147	26 343	(39 586)	348 905	-	348 905
T.Rowe Price-US Aggreg. Bond (IH)	339 484	-	(48 570)	290 913	-	290 913
T.ROWE PRICE-US EQUITY FUND(I)	366 079	4 704	(20 420)	350 363	-	350 363
Threadneedle European SE-9EEUR	953 076	-	(29 141)	923 935	-	923 935
Threadneedle Lux - European Smaller Companies	558 889	-	(89 130)	469 759	-	469 759
UBAM - Global High Yield Solution	216 332	16 048	-	232 380	-	232 380
UBS LUX FUND SOL-BLOOMB US LIQ CO UCITS	367 913	-	(51 988)	315 924	-	315 924
Vanguard S&P 500 UCITS ETF	1 659 564	-	(136 496)	1 523 068	-	1 523 068
Veritas Asian Fund C EUR ACC	136 540	-	(24 955)	111 585	-	111 585
Wellington-US Research Eq-A	378 348	-	(33 508)	344 840	-	344 840
WILLIAM BLAIR-US SM-JC USD	395 885	24 685	(62 811)	357 758	-	357 758
WT Natural Gas	264 058	-	(76 621)	187 437	-	187 437
	38 807 089	447 376	(2 863 444)	36 391 022	-	36 391 022
<i>OIC domiciliados E. não membro UE</i>						
Acadian European Equity-UCITS	1 019 274	-	(6 683)	1 012 591	-	1 012 591
BARING UMBR. EM MKT SOV DEBT C EUR	149 210	2 627	-	151 837	-	151 837
iShares Edge MSCI Europe Value Factor UCITS ETF	423 818	7 357	-	431 175	-	431 175
L&G Enhanced COMM UCITS ETF	478 529	-	(45 735)	432 794	-	432 794
	2 070 830	9 984	(52 418)	2 028 396	-	2 028 396
TOTAL	43 120 209	457 368	(3 214 325)	40 363 252	12 180	40 375 433

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através da Lei nº 16/2015, de 24 de fevereiro, a qual aprova o novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, republicado através do Decreto-Lei 144/2019, de 23 de setembro.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

- a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.
- b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;

- b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Impostos

Os rendimentos obtidos por Fundos de Poupança-Reforma que se constituam e operem de acordo com a legislação nacional estão isentos em sede de IRC.

No entanto, serão tributados autonomamente, à taxa de 23%, os lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiam de isenção total, considerando-se como tal os Fundos de Poupança-Reforma, quando as partes sociais a que respeitam os lucros não tenham permanecido na titularidade do Fundo, de modo ininterrupto, durante o ano anterior à data da sua colocação à disposição e não venham a ser mantidas durante o tempo necessário para completar esse período.

A partir de 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo Fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.

5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Os componentes do resultado do Fundo (Proveitos) são os seguintes:

Natureza	Ganhos de Capital			Ganhos de Juros		Rendimento de títulos	Soma
	Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos		
(Valores em Euro)							
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Obrigações	-	878	878	22 086	9 165	-	31 250
Unidades de participação	140 659	292 135	432 794	-	-	66 872	66 872
Instrumentos de dívida	-	-	-	(2 518)	3 016	-	498
OPERAÇÕES A PRAZO							
Cambiais							
Spots	-	653 435	653 435	-	-	-	-
Futuros de moeda	-	1 370 407	1 370 407	-	-	-	-
Taxa de Juro							
Futuros	-	5 822 747	5 822 747	-	-	-	-
Cotações							
Futuros	-	3 167 199	3 167 199	-	-	-	-
TOTAL	140 659	11 306 801	11 447 460	19 568	12 180	66 872	98 620

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		
	Menos valias potenciais	Menos valias efetivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos	Soma
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Obrigações	250 128	182 626	432 754	-	-	-
Unidades de participação	3 724 862	2 296 353	6 021 214	-	-	-
OPERAÇÕES A PRAZO						
Cambiais						
Spots	-	175 507	175 507	-	-	-
Futuros de moeda	-	1 481 975	1 481 975	-	-	-
Taxa de Juro						
Futuros	-	6 363 590	6 363 590	-	-	-
Cotações						
Futuros	-	3 269 662	3 269 662	-	-	-
de Gestão	-	-	-	566 696	55 026	621 723
de Depósito	-	-	-	23 612	2 292	25 904
de Supervisão	-	-	-	5 180	1 039	6 220
de Carteira de títulos	-	-	-	26 031	-	26 031
Outras	-	-	-	984	-	984
TOTAL	3 974 990	13 769 713	17 744 703	622 504	58 358	680 862

9. DISCRIMINAÇÃO DOS IMPOSTOS SOBRE MAIS-VALIAS E RETENÇÕES NA FONTE

À data de 31 de dezembro de 2022 os impostos sobre mais-valias e retenções na fonte têm a seguinte decomposição:

(Valores em Euro)

Descritivo	31-12-2022	31-12-2021
Impostos indiretos:		
Imposto do Selo	26 903	21 924
	26 903	21 924
Impostos pagos no estrangeiro:		
Dividendos de ações	-	671
	-	671
TOTAL	26 903	22 594

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 31 de dezembro de 2022, as posições cambiais mantidas pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(valores em Euro)

Moedas	À Vista	A Prazo					Posição Global
		Forward	Futuros	Swaps	Opções	Total a prazo	
CHF	46	-	-	-	-	-	46
DKK	24 771	-	-	-	-	-	24 771
GBP	1 143 368	-	-	-	-	-	1 143 368
JPY	61 317 323	-	(69 770 000)	-	-	(69 770 000)	(8 452 677)
SEK	8	-	-	-	-	-	8
USD	4 721 620	-	940 975	-	-	940 975	5 662 595
Contravalor Euro	6 155 230	-	386 200	-	-	386 200	6 541 430

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	-	-	-	2 540 453	-	2 540 453
de 1 a 3 anos	-	-	-	-	-	-
de 3 a 5 anos	304 375	-	-	-	-	304 375
de 5 a 7 anos	367 647	-	-	-	-	367 647
mais de 7 anos	474 456	-	-	-	-	474 456

13. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2022, a exposição ao risco de cotações pode resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

AÇÕES E VALORES SIMILARES	MONTANTE (Euros)	EXTRA-PATRIMONIAIS		SALDO
		Futuros	Opções	
Ações	-	349 700	-	349 700
UP's	38.725.810	-	-	38.725.810

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Categoria A		Categoria R	
	Valor	%VLGF (1)	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	646.577	1,50%	14	1,50%
Comissão de Depósito	26.940	0,06%	1	0,06%
Taxa de Supervisão	6.220	0,01%	0	0,01%
Custos de Auditoria	4.305	0,01%	0	0,01%
Encargos outros OIC	265.206	0,61%	6	0,61%
Outros Custos Correntes	1.873	0,00%	0	0,00%
TOTAL	951.121		21	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	2,20%		2,20%	

(1) Média relativa ao período de referência

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia 2022

.....→
IMGA INVESTIMENTO PPR/OICVM

Divulgação periódica ao abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Nome do Produto: **IMGA Investimento PPR/OICVM**
 Identificador de entidade jurídica (Código LEI): **5493002IFQ5TU1RG1587**
 Código do fundo (CMVM): **830**

Características ambientais e/ou sociais

Por “Investimento Sustentável” deve entender-se um investimento numa atividade económica que contribui para um objetivo ambiental ou social, desde que esse investimento não prejudique significativamente nenhum objetivo ambiental ou social e as empresas beneficiárias do investimento respeitem práticas de boa governação.

A **taxonomia da UE** é um Sistema de classificação previsto no Regulamento (UE) 2020/852, que **estabelece uma lista de atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental**. O referido regulamento não inclui uma lista de atividades económicas socialmente sustentáveis. Os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental podem estar harmonizados ou não com a taxonomia.



Este produto financeiro tem um objetivo de investimento sustentável?

●● <input type="checkbox"/> Sim	●● <input checked="" type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Realizou investimentos sustentáveis com objetivo ambiental: ___% <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input type="checkbox"/> em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input type="checkbox"/> Realizou investimentos sustentáveis com objetivo social: ___%	<input checked="" type="checkbox"/> Promoveu características ambientais/sociais (A/S) e, apesar de não ter como objetivo a realização de um investimento sustentável, consagrou uma percentagem mínima de 1% a investimentos sustentáveis <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> com um objetivo ambiental em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input checked="" type="checkbox"/> em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input checked="" type="checkbox"/> com um objetivo social <input type="checkbox"/> Promoveu características (A/S), mas não realizou quaisquer investimentos sustentáveis

Em que medida foram alcançadas as características ambientais e/ou sociais promovidas por este produto financeiro?

A IMGA, na gestão do Fundo, tem em conta critérios financeiros e de sustentabilidade de forma a integrar critérios ambientais, sociais e de boa governação nos seus investimentos. Para este efeito recorre a análises e classificações de rating ESG de fornecedores externos independentes.

Salientamos, no entanto, que dada a existência de um desfasamento temporal entre a obrigatoriedade das empresas reportarem dados ESG, que ocorrerá de forma progressiva até ao ano 2026, e a data de preparação deste relatório, muitas das empresas e fundos analisados não dispunham de dados suficientes que nos permitissem avaliar o seu posicionamento face a um número significativo de indicadores ESG, pelo que a avaliação e análise que consta deste relatório apenas considera a informação disponível à data da sua produção e a informação relativa ao enquadramento dos fundos que compõem a carteira no Regulamento (EU) 2019/2088 (Regulamento SFDR) e respetivas percentagens mínimas de ativos com o objetivo de promoção de características A/S e sustentáveis. Ainda relativamente aos fundos de investimento, e até divulgação de informação mais pormenorizada por parte das sociedades gestoras dos mesmo nos respetivos R&C, não dispomos de

informação para fazer a análise discriminada relativamente a como foram atingidos os objetivos de sustentabilidade ambiental e/ou social a que se propõem.

A notação de rating ESG médio para a composição da carteira direta de ativos deste Fundo no final de 2022 corresponde a um nível de **Risco Médio**, sendo a mesma constituída por obrigações governamentais, instrumentos do mercado monetário e depósitos junto de instituições financeiras classificados como liquidez. Esta carteira corresponde a 10% do ativo do Fundo considerados, na sua maioria, de **Risco Médio**. Existe ainda exposição extrapatrimonial a derivados de taxa de juro, cambiais e sobre índices de ações, para gestão da exposição para a gestão da exposição a estes mercados, não tendo os mesmos qualquer objetivo em termos ESG.

Relativamente à carteira de fundos de investimento (90% dos ativos do fundo), a maioria dos fundos, correspondentes a 61% da carteira de ativos, enquadram-se ao abrigo do artigo 8º do regulamento SFDR, tendo como objetivo a promoção de características ambientais ou sociais.

Os indicadores de sustentabilidade medem a forma como são realizadas as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

● Qual foi o desempenho dos indicadores de sustentabilidade?

Relativamente à carteira direta de ativos (outros ativos com exceção de fundos de investimento), correspondente a 10% dos ativos em carteira, não dispomos de informação para uma percentagem significativa dos mesmos. Assim, consideramos não haver informação suficiente para apresentar os indicadores de sustentabilidade relativos a esta componente.

Para a carteira de fundos de investimento, a sua composição em termos ESG no final de 2022 era a seguinte:

Enquadramento SFDR	Nível de Cobertura				Promoção Características A/S		Sustentáveis	
	Nº Fundos	Nº Fundos Analisados	% Ativos	% Fundos Analisados	Média por fundo ⁽¹⁾	Contribuição para a Carteira	Média por fundo ⁽¹⁾	Contribuição para a Carteira
artº 6º	23	-	28,6%	28,6%	-	-	-	-
artº 8º	51	31	60,5%	38,9%	57,8%	25,2%	24,5%	4,9%
artº 9º	0	0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
n.d.	1	-	0,4%	0,0%	-	-	-	-
TOTAL	75	31	89,6%	67,5%	57,8%	25,2%	24,5%	4,9%

(1) Média dos fundos cobertos

Em resumo, a carteira de ativos é composta em cerca de 90% por fundos de investimento, 61% dos quais constituídos ao abrigo do artigo 8º do Regulamento SFDR, isto é, como objetivo de promoção de características A/S através do investimento mínimo, em média, de cerca de 58% das suas carteiras de ativos em entidades considerados alinhados com características A/S e cerca de 25% dos seus ativos em entidades sustentáveis. Para o Fundo, estes investimentos contribuíram, respetivamente, em 25% para a percentagem de ativos considerados alinhados com características A/S e 5% sustentáveis, que, somados às respetivas percentagens dos ativos diretos se traduzem no total da percentagem de ativos que constituem a carteira do Fundo alinhados com características A/S (34%) e sustentáveis (6%).

Os fundos de investimento constituídos ao abrigo do artigo 6º do mesmo Regulamento, ou seja, sem objetivos de promoção de características A/S e sem objetivo de investir apenas em ativos considerados sustentáveis do ponto de vista ambiental e/ou social, representam cerca de 29% da carteira de ativos. Tratando-se de fundo artigo 6º, a sua contribuição para ambas as componentes “Promoção de Características A/S” e “Sustentáveis” é nula.

● ... e em relação a períodos anteriores?

Sendo a primeira análise efetuada, não é possível realizar comparações face a períodos anteriores.

- **Quais foram os objetivos de investimento sustentáveis que o produto financeiro alcançou em parte e de que forma o investimento sustentável contribuiu para esses objetivos?**

Ver resposta ao ponto anterior relativa à questão sobre o desempenho dos indicadores de sustentabilidade.

- **Por que razão é que os investimentos sustentáveis que o produto financeiro realizou em parte não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável em termos ambientais ou sociais?**

Apenas são considerados como sustentáveis emissores com notações de rating ESG favoráveis e, que de acordo com a metodologia de análise dos fornecedores externos de research ESG, que incorporam objetivos em termos de sustentabilidade quer ambiental como social, não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável. Para além disso, os investimentos considerados como sustentáveis cumprem diretrizes e princípios globais de sustentabilidade, nomeadamente ao nível dos direitos humanos, práticas laborais, proteção do ambiente e combate à corrupção. Ainda, o Fundo investe maioritariamente noutros fundos que estão também abrangidos pela regulamentação ESG que se impõe para este Fundo, pelo que os seus investimentos sustentáveis não podem prejudicar significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável em termos ambientais ou sociais.

Os principais impactos negativos devem entender-se os impactos negativos mais significativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade nos domínios das questões sociais e laborais, do respeito dos direitos humanos e da luta contra a corrupção e o suborno.

- **Como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?**

Para os ativos diretos, diversos indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade estão incorporados na análise na notação de rating ESG atribuída, relativamente a cada setor em que as empresas emissores se inserem e a fatores intrínsecos ao próprio emissor. O modelo de atribuição de rating, na sua componente quantitativa, considera diversos indicadores de impactos negativos para identificação dos critérios ESG mais relevantes para cada indústria, tais como emissões de gases com efeitos de estufa categorias 1, 2 e 3, consumo de água, etc. A materialidade destes indicadores em cada setor de atividade é determinada com base em research, incluindo informação obtida através do SASB (Sustainability Accounting Standards Board) e do PRI (United Nations – Principles for Responsible Investment). Relativamente à componente de fundos de investimento, compete a cada sociedade gestora desenvolver e implementar o seu modelo de investimento sustentável, podendo ou não considerar estes indicadores no mesmo.

- **Os investimentos sustentáveis foram alinhados com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos? Informações pormenorizadas:**

Para os ativos diretos e de acordo com a metodologia da IM Gestão de Ativos para avaliação da e categorização dos investimentos como sustentáveis, apenas são elegíveis os investimentos emitidos por entidades que não apresentem situações de incumprimento relativamente a qualquer uma das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos. Para os fundos de investimento, o desenvolvimento do modelo de análise está a cargo de cada sociedade gestora, podendo ou não ter em consideração as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos na atribuição da classificação como sustentável às entidades em que estão investidos.

A taxonomia da UE estabelece um princípio de «não prejudicar significativamente», segundo o qual os investimentos alinhados com a taxonomia não devem prejudicar significativamente os objetivos da taxonomia da UE, sendo acompanhada de critérios específicos da UE.

O princípio de «não prejudicar significativamente» aplica-se apenas aos investimentos subjacentes ao produto financeiro que tenham em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Os investimentos subjacentes à restante parte deste produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Quaisquer outros investimentos sustentáveis também não devem prejudicar significativamente quaisquer objetivos ambientais ou sociais.



De que modo este produto financeiro teve em conta os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

O Fundo tem em consideração os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, integrando na metodologia de rating diversos indicadores ambientais e sociais, para a análise dos ativos diretos, conforme discriminado na questão relativa ao desempenho dos indicadores de sustentabilidade. Relativamente à componente de fundos de investimento, compete a cada sociedade gestora desenvolver e implementar o seu modelo de investimento sustentável, podendo ou não considerar estes indicadores no mesmo.



Quais foram os principais investimentos deste produto financeiro?

Investimentos mais avultados	Setor	% de ativos	País
EUR - Banco Comercial Português	Liquidez	4,16%	Portugal
Lyxor ETF S&P 500	Unidades de Participação	3,53%	Luxemburgo
Vanguard S&P 500 UCITS ETF	Unidades de Participação	3,52%	Irlanda
BlueBay Investment Grade Bond Fund	Unidades de Participação	3,29%	Luxemburgo
Morgan Stanley Euro Corporate Bond Fun	Unidades de Participação	3,29%	Luxemburgo
European Specialist Investment funds M&G European	Unidades de Participação	3,29%	Luxemburgo
NN L-Euro Credit	Unidades de Participação	3,29%	Luxemburgo
Aberdeen Standard SICAV I - European Equity Fund	Unidades de Participação	2,36%	Luxemburgo
MFS Meridian-European Equity Fund	Unidades de Participação	2,35%	Luxemburgo
Acadian European Equity	Unidades de Participação	2,34%	Irlanda
Threadneedle European	Unidades de Participação	2,14%	Luxemburgo
Digital FDS-Stars Europe EX UK	Unidades de Participação	2,10%	Luxemburgo
JO Hambro Capital Management Umbrella Fund	Unidades de Participação	2,09%	Irlanda
BNY Mellon Emerging Markets Corporate Dbt Fund	Unidades de Participação	2,07%	Irlanda
Pictet- Short-Term Emerging Corporate Bonds	Unidades de Participação	1,99%	Luxemburgo

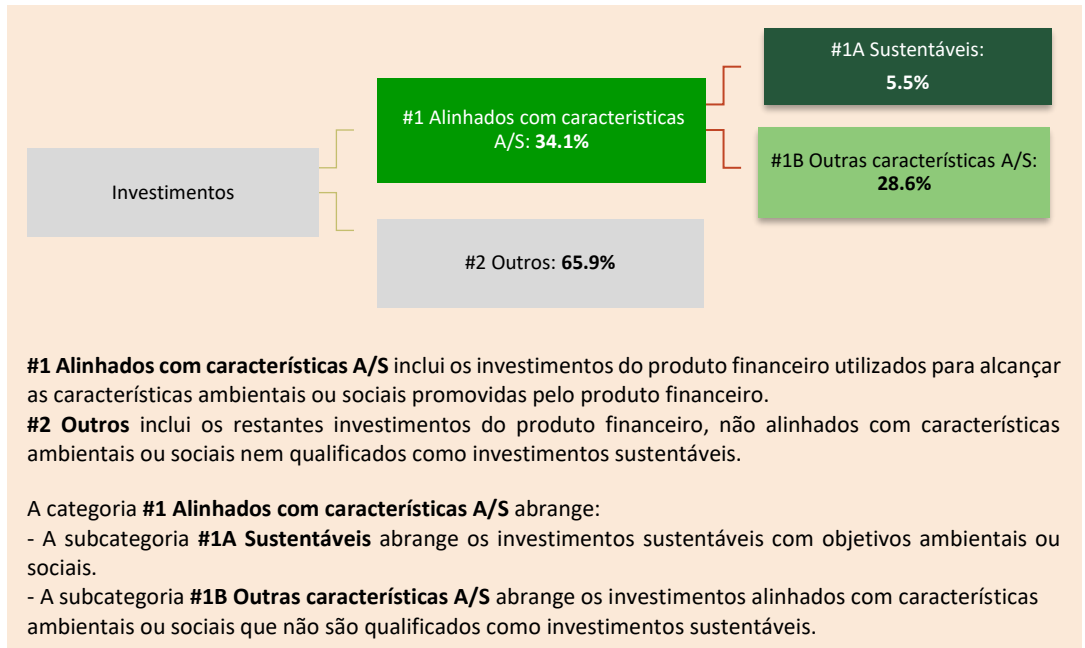
A lista inclui os investimentos que constituem a maior parte dos investimentos assegurados pelo produto financeiro durante o período de referência, a saber: 31/12/2022



Qual foi a proporção de investimentos relacionados com a sustentabilidade?

Qual foi a alocação dos ativos?

A **alocação dos ativos** descreve a percentagem dos investimentos em ativos específicos.



Valores em percentagem do ativo do Fundo

Para cumprir a taxonomia da EU, os critérios aplicáveis ao **gás fóssil** incluem limitações das emissões e a transição para energias plenamente renováveis ou combustíveis hipocarbónicos até ao final de 2023. No que respeita à **energia nuclear**, os critérios incluem normas exaustivas em matéria de segurança e de gestão de resíduos.

As **atividades capacitantes** permitem diretamente a outras atividades contribuir de forma substancial para um objetivo ambiental.

As **atividades de transição** são atividades para as quais ainda não existem alternativas hipocarbónicas e que, entre outras, apresentam níveis de emissões de gases com efeito de estufa que correspondem ao melhor desempenho.

Em que setores económicos foram realizados investimentos?

Sector	Subsetor	% Ativo
Unidades de Participação	Unidades de Participação	89,58%
Liquidez	Depósito à Ordem	6,61%
Government	Sovereign	2,65%
Energy	Oil&Gas	1,16%



Em que medida estiveram os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental alinhados com a taxonomia da UE?

O produto financeiro investiu em atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou a energia nuclear que cumpram a taxonomia da UE¹?

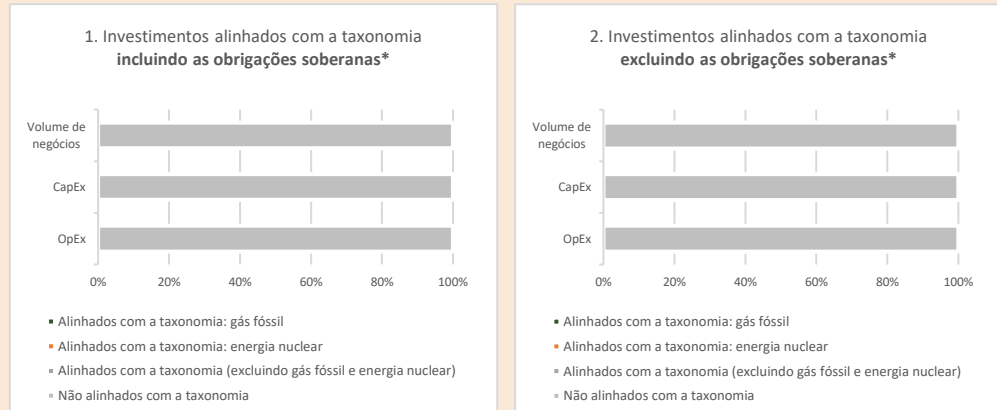
- Sim:
- Gás fóssil Energia nuclear
- Não

¹ As atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou nuclear só respeitarão a taxonomia da EU se contribuírem para limitar as alterações climáticas ("mitigação das alterações climáticas") e não prejudicarem significativamente qualquer objetivo da taxonomia EU – ver nota explicativa na margem esquerda. Todos os critérios aplicáveis às atividades económicas nos domínios do gás fóssil e da energia nuclear que cumprem a taxonomia da EU são definidos no Regulamento Delegado (EU) 2022/1214 da Comissão.

As atividades alinhadas pela taxonomia são expressas em percentagem do seguinte:

- **Volume de negócios**, refletindo a percentagem das receitas provenientes das atividades ecológicas das sociedades beneficiárias do investimento;
- **Despesas de capital (CapEx)**, demonstrando os investimentos ecológicos realizados pelas empresas beneficiárias do investimento, por ex. com vista à transição para uma economia verde;
- **Despesas operacionais (OpEx)**, refletindo as atividades operacionais ecológicas das empresas beneficiárias do investimento.

Quando aplicável, os dois gráficos que se seguem mostram, a verde, a percentagem mínima de investimentos que foram alinhados com a taxonomia da UE. Uma vez que não existe uma metodologia adequada para determinar o alinhamento pela taxonomia das obrigações soberanas*, o primeiro gráfico mostra o alinhamento com a taxonomia a respeito de todos os investimentos do produto financeiro, incluindo as obrigações soberanas, enquanto o segundo apresenta o alinhamento pela taxonomia apenas em relação aos investimentos do produto financeiro que não sejam obrigações soberanas.



*** Para efeitos destes gráficos, as «obrigações soberanas» devem entender-se todas as exposições soberanas.**

Para analisar a percentagem do Fundo que se encontra alinhada com a Taxonomia da UE de acordo com as métricas referidas no gráfico acima, necessitamos dessa mesma informação por parte das sociedades gestoras dos fundos que constituem a carteira de ativos. Essa informação não se encontra, de momento, disponível, pelo que não consideramos haver investimentos alinhados com a Taxonomia EU. Os ativos diretos em carteira não são considerados como Taxonomia EU.

● **Qual foi a percentagem de investimentos em atividades de transição e capacitantes?**

Dada a ausência de informação fornecida pelas empresas e sociedades gestoras em que o Fundo investiu, devido ao desfasamento temporal entre a obrigatoriedade das empresas reportarem e a data de preparação deste relatório, não dispomos de dados suficientes que nos permitam concluir qual a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da UE e qual a percentagem de investimento em atividades de transição e capacitantes.

● **Comparar a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da EU com os investimentos realizados em períodos de referência anteriores?**

Conforme referido na questão anterior não existem dados que nos permitam fazer esta comparação.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da UE?

Conforme referido nas questões anteriores não existem dados divulgados pelas entidades em que o Fundo investiu que nos permitam concluir qual a percentagem de investimentos alinhados ou não com a taxonomia.



São investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental que não têm em conta os critérios aplicáveis as atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental nos termos do Regulamento (EU) 2020/852.

**Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis do ponto de vista social?**

Conforme referido nas questões anteriores não existem dados divulgados pelas entidades em que o Fundo investiu que nos permitam concluir qual a percentagem de investimentos sustentáveis do ponto de vista social.

**Que investimentos foram incluídos na categoria «Outros», qual foi a sua finalidade, e foram aplicadas salvaguardas mínimas em matéria ambiental ou social?**

Os investimentos na categoria “Outros” incluem depósitos e títulos de dívida não qualificadas como alinhadas com características A/S ou sem dados disponíveis que permitam a sua avaliação em termos ESG e a quota-parte dos fundos de investimento que ultrapassam os valores mínimos definidos pelos mesmos, bem como os fundos de investimento constituídos ao abrigo do artigo 6º do Regulamento SFDR ou para os quais não existe informação disponível.

Estes investimentos têm como finalidade a diversificação da carteira de ativos e gestão da liquidez.

Não incluídos nesta percentagem, por se tratar de extrapatrimoniais, estão os derivados de taxa de juro, cambiais e sobre índices de ações, utilizados para gestão da duração, exposição a moeda estrangeira e ao mercado acionista.

**Que medidas foram tomadas para alcançar as características ambientais e/ou sociais durante o período de referência?**

Durante o último ano, o Fundo procurou incrementar o seu nível de investimento em fundos que cumpram com o objetivo de sustentabilidade pretendido para este Fundo, nomeadamente através do aumento do investimento em fundos constituídos ao abrigo 8º do Regulamento SFDR, bem como fundos que tenham em conta as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e não tenham investimentos significativos em setores considerados controversos, nomeadamente em empresas que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos, nomeadamente Jogo, Armamento Pessoal e Tabaco.

Na carteira de ativos diretos, procurou incrementar o seu nível de investimento em empresas de emitentes com notações de rating ESG favoráveis, de forma a melhorar o nível de rating ESG Global da carteira. Foi dada ainda especial atenção a eventuais controvérsias a que os emitentes pudessem estar expostos e ao cumprimento das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos. Não foram ainda realizados quaisquer novos investimentos em setores considerados controversos, nomeadamente em empresas que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos, nomeadamente Jogo, Armamento Pessoal e Tabaco.

Relatório de Auditoria 2022

IMGA INVESTIMENTO PPR/OICVM

Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do IMGGA Investimento PPR/OICVM - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma (o "OIC") gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. ("Entidade Gestora"), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 43 253 444 euros e um total de capital do OIC de 43 025 783 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 6 910 637 euros), a Demonstração de resultados e a Demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do IMGGA Investimento PPR/OICVM - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma, gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outra informação

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela Outra informação. A outra informação compreende o modelo de divulgação periódica para os produtos financeiros referidos no artigo 11.º do Regulamento (UE) 2019/2088 e no artigo 6.º do Regulamento (UE) 2020/852, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado,

concluimos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar relativamente a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015 de 24 de fevereiro, na sua redação atual, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- O adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do Organismo de Investimento Coletivo;
- A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do Organismo de Investimento Coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;

- O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação; e
- O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 27 de abril de 2023



Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas nº 1930 e registado na CMVM com nº 20190019)